



PUC Minas

Conjuntura Internacional

ano 1 • nº 02 • 16 a 29/05/2004 • ISSN 1809-6182

CENÁRIOS PUC MINAS

Análises

17/05/2004 - Violência na Colômbiap.01

A Colômbia apresenta, nos dias atuais, altos níveis de violência, praticada especialmente por grupos como FARC, ELN, AUC, dentre outros, que surgiram na segunda metade do século XX, apesar de suas raízes serem mais antigas do que isto. É justamente o histórico recente da violência na Colômbia que se pretende analisar neste trabalho.

20/05/2004 - Tropas brasileiras no Haitip.04

Analisa-se as implicações da participação do Brasil na missão de paz da ONU no Haiti.

28/05/2004 - A expansão das fronteiras e das preocupações da União Européiap.06

A União Européia passou a ser composta por 25 estados membros, no dia 1o deste mês de maio. A presente análise apresenta algumas questões envolvidas nessa mudança e suas possíveis implicações para o bloco.

Resenhas

20/05/2004 - Atentado mata presidente na Tchetchêniap.08

A morte do presidente da Tchetchênia, Akhmad Kadyrov, em explosão que atingiu a tribuna de honra de um estádio em Grozny, traz à tona pendências existentes no processo de resolução dos conflitos na região.

20/05/2004 - Torturas no Iraque: Repercussões nos EUA e no mundo p.10

Imagens de presos iraquianos vítimas de maus tratos por parte de estadunidenses, divulgadas pela mídia do mundo inteiro, geram críticas dentro e fora dos EUA e colocam mais um problema para a administração Bush e para a política de ocupação no Iraque.

28/05/2004 - Programa "Oil For Food": Acusações de Irregularidades..... p.12

O programa de ajuda humanitária para o Iraque, chamado "oil for food", previa a troca de petróleo por alimentos e suprimentos necessários para o povo iraquiano. No início deste ano vieram à tona acusações de irregularidades na administração do programa.

Violência na Colômbia

Análise
Segurança / Integração Regional

Bárbara Gomes Lamas
17 de maio de 2004

A Colômbia apresenta, nos dias atuais, altos níveis de violência, praticada especialmente por grupos como FARC, ELN, AUC, dentre outros, que surgiram na segunda metade do século XX, apesar de suas raízes serem mais antigas do que isto. É justamente o histórico recente da violência na Colômbia que se pretende analisar neste trabalho.

O governo colombiano de Álvaro Uribe, no dia 13 de maio de 2004, fechou um acordo de desarmamento com dez dos principais líderes da organização paramilitar Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC). Pelo acordo, os chefes da AUC residiriam em uma área de 369km², onde o Estado colombiano manteria presença com suas instituições, de forma a fazer valer suas leis. Em troca, os líderes poderiam sair da área, sem risco de serem presos ou extraditados, desde que avisem o governo. Este acordo pode ser encarado como uma tentativa de reduzir os níveis de violência na Colômbia, que são um dos mais altos do mundo. A AUC é vista como uma das principais responsáveis pela violência na Colômbia, juntamente com grupos como as Forças Armadas da Colômbia (FARC) e o ELN (Exército de Libertação Nacional). Contudo, as raízes da violência são mais antigas do que estes grupos, e devem ser analisadas para que melhor se entenda a situação colombiana.

O início do conflito na Colômbia remonta às décadas de 1920-30, quando camponeses e grupos indígenas se organizaram contra as más condições de trabalho nas lavouras de café. O uso da coerção pelas autoridades para reprimir o conflito gerou resistência armada pela contraparte, o que acabou por eclodir em

uma guerra civil que durou de 1948-1958, denominada La Violencia. Por um lado, isto resultou no acordo entre os dois partidos (Liberais e Conservadores) de alternância no poder e a repressão aos grupos de reivindicações camponesas pelo governo, muitas vezes com o uso da força; por outro lado, vimos a organização de vários grupos camponeses de autodefesa, dos quais derivam, nas décadas seguintes, diversos grupos de reivindicação maior participação política, tais como as FARC e o ELN. Estes grupos ganharam legitimidade interna, devido à falta de espaço para participação política e oposição legal, como resultado de La Violencia. Mais tarde, como reação às exigências das FARC e do ELN, surgem os paramilitares, que se uniram sob as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC).

Os dois primeiros grupos – FARC e ELN – nasceram fundamentados em princípios marxistas/comunistas e com ligações castristas, e visavam à destituição do regime vigente em ordem da instauração de uma sociedade colombiana mais justa e mais igualitária. Sob a bandeira comunista, recebiam apoio, e alguma legitimidade, internacionais até meados da década de 1980. Com a desescalada, e depois o fim, da Guerra Fria e do comunismo, as FARC e o ELN perderam o apoio internacional que tinham, e, com

ele, o caráter revolucionário e a legitimidade internacional, e se tornaram dependentes de atividades ilegais, como seqüestro, extorsão e tráfico de drogas.

É importante notar que, no período seguinte ao fim da guerra civil colombiana, áreas inóspitas do território nacional foram ocupadas por camponeses expulsos de suas terras, que mais tarde formariam as FARC e conseguiriam estabelecer o controle de áreas geográficas estratégicas. Atualmente, 40% do território colombiano se encontram sob controle de grupos insurgentes/paramilitares, que, de certa forma, ocuparam os espaços vazios deixados pelo Estado colombiano, exercendo as funções que deveriam ser desempenhadas por atores estatais, inclusive o de monopólio do uso da força, constituindo violação à soberania do Estado colombiano.

Os cinco grupos detêm poder suficiente para manter um nível de violência que faz de “colombianização” uma metáfora para violência interminável e influência corrupta de drogas ilegais. A infraestrutura estatal colombiana de sistema judicial, polícia, militar, escolas e comunicações é praticamente ausente na maioria do território nacional, precisamente onde os cinco **CONTENDERS** ocupam espaço, aplicam seu sistema legal de facto e conduzem operações estrangeiras com traficantes, todo tipo de criminosos, soldados da fortuna, terroristas internacionais e oficiais governamentais corruptos de vários países. (MARCELLA, 2003, p.07)

A ausência do Estado colombiano foi e é importante para a consolidação e manutenção das atividades ilegais, uma vez que, em não havendo controle e fiscalização das normas, e, ainda, sanções efetivas para os transgressores, não há constrangimentos para a ação de tais grupos. A falta de controle estatal, facilitada pelo processo de globalização, também propicia a transnacionalização de suas atividades.

Conta, também, a incapacidade de trabalhadores, principalmente jovens, de se inserirem no mercado legal, principalmente porque não constituem mão-de-obra qualificada. Segundo Meza, as FARC planejavam dobrar seu efetivo em poucos anos, tendo como principal foco os jovens desempregados nas áreas de colonização armada e outras áreas rurais pobres. Eles são boa fonte de recrutamento, na medida em que a criminalidade é encarada, pelos jovens, como única possibilidade de participação na modernidade (ou de consumir). A violência estaria ligada à ambição e ao ressentimento, segundo Marcella (2003), à vontade de consumir e não poder, ao desejo de se inserir na ordem vigente, ao que Wiewiorka (1997) chama de violência infrapolítica, e não ao desejo de destruir o sistema de valores e instituições válidos e reconstruir uma nova ordem (violência metapolítica), como inicialmente se propunham grupos como as FARC e o ELN.

O restabelecimento da paz na Colômbia, então, exigiria que o Estado se impusesse como garantidor de proteção e segurança à sua população, por meio do provimento de direitos e realização de expectativas. Isto, no entanto, parece estar na contramão dos acontecimentos, já que o ideário neoliberal, considerado como a única opção a ser seguida, depois do fim da Guerra Fria, prega preceitos como restrições dos direitos e das atividades do movimento sindical e redução da interferência estatal na economia e na sociedade, via desregulamentação, privatização e abertura comercial, liberalização econômica, disciplina orçamentária alcançada via contenção de gastos sociais e restauração da taxa “natural” de desemprego, abolição de subsídios e tarifas, a liberação do controle sobre investimentos externos, flutuação das taxas de câmbio, privatizações, e reformas fiscais, para incentivar o investimento, dentre outros. Em outras palavras, transferem-se as

responsabilidades econômicas e sociais para o setor privado e redefine-se a atuação do Estado – este deixa de ser o responsável pelo provimento das condições que possibilitariam o alcance da felicidade do indivíduo, função assumida pelo Mercado.

Seria interessante, também, que os Estados buscassem aumentar a segurança e o controle de suas fronteiras, que vem diminuindo com a onda de liberalização das últimas décadas – o interesse dos governos em controlar os fluxos de bens, mercadorias e pessoas através de suas fronteiras diminuiu, na medida em que não há imposto a ser cobrado –, de forma a reduzir não só o fluxo de produtos ilegais (drogas, armas, etc.), como também o de dinheiro “sujo”, proveniente de atividades ilegais. Tal ação também iria em sentido contrário à tendência de liberalização das fronteiras.

Algumas ações já vêm sendo tomadas pelo governo colombiano, em conjunto com os Estados Unidos e Europa, com vistas a reduzir a atuação de grupos como as FARC, o ELN e as AUC na Colômbia, e os efeitos das atividades de tais grupos nas sociedades estadunidense e européias, como o Plano Colômbia: plano pela paz, prosperidade e fortalecimento do Estado. Previsto para durar cinco anos e consumir 7,5 bilhões de dólares (a ser dividido entre as três partes interessadas), tem como principal premissa que o dinheiro gerado pelo tráfico de drogas ilegais financia grupos guerrilheiros, cujos ataques dão origem a organizações de autodefesa dos cidadãos (paramilitares). Se os fundos fossem cortados, ou reduzidos drasticamente, as FARC e o ELN não teriam como montar suas campanhas militares contra o Estado e/ou sociedade colombiana, de forma que organizações paramilitares não tivessem mais razão de ser. Ademais, prevê-se que, se tais ameaças ao Estado e à sociedade fossem eliminadas, as forças de ordem pública teria condições de reganhar o controle efetivo de todo o território nacional,

restabelecendo a soberania nacional, a segurança e a confiança do cidadão no Estado. Tal plano tem implicações políticas que devem ser analisadas, mas isso fica para um trabalho posterior.

Referência

MARCELLA, Gabriel. **The United States and Colombia: the journey from ambiguity to strategic clarity.** The Dante B. Fascell North-South Center, Paper nº13, Março/2003, Disponível em

www.miami.edu/nsc/publications/NSCPublicationsIndex.html#WP.

MEZA, Ricardo Vargas. **The Revolutionary Armed Forces of Colombia (FARC) and the Illicit Drug Trade.** Disponível em <http://www.tni.org/drugs/pubs/farc.htm>

WIEVIORKA, Michel. “O novo paradigma da violência”. **Tempo Social**; Revista de Sociologia da USP. São Paulo: USP, vol.9, n.1, pp.5-41, maio de 1997.

Tropas brasileiras no Haiti

Análise
Segurança

Bárbara Gomes Lamas
20 de maio de 2004

Analisam-se as implicações da participação do Brasil na missão de paz da ONU no Haiti

O envio de tropas brasileiras para o Haiti foi aprovado na Câmara dos Deputados, no último dia 13 de maio, e no Senado, no dia 19 de maio de 2004, sob o argumento de que a decisão conforma com a “tradição brasileira favorável à solução multilateral de conflitos e identificadas com valores como direitos humanos, defesa da paz e cooperação entre os povos”, como divulgado pela Câmara dos Deputados. De fato, o Haiti se encontra em uma situação incerta, sem Congresso, com milícias armadas em conflito e um governo de legitimidade questionável – alguns acham que a renúncia do então presidente haitiano Jean-Bertrand Aristide, no dia 29 de fevereiro de 2004, foi resultado de um golpe de estado. Desde então, o país está sob administração de um governo interino, e uma Força Provisória Multinacional foi autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU a entrar no Haiti, a fim de manter a segurança em alguns pontos chave, especialmente na capital, Porto Príncipe, na medida em que a violência armada é geral, falta proteção para a população civil, e há violação dos direitos humanos.

No dia 30 de abril, o Conselho de Segurança criou uma missão de maior escala para o Haiti, de forma a dar continuidade às tarefas iniciadas pela força de emergência, além de auxiliar o governo transitório haitiano na manutenção da ordem, na proteção da população civil e na restauração do estado

democrático de direito. Tal missão, composta por mais de 8.000 soldados e policiais brasileiros, argentinos, da comunidade do Caribe, canadenses, franceses, peruanos, chilenos, e estadunidenses, será chefiada pelo Brasil e terá início em 01º de junho, com duração prevista de 6 meses.

Tal empreitada brasileira está gerando debates no que concerne à pertinência de uma participação do Brasil em missões de paz, principalmente no contexto em que se encontra. O primeiro ponto levantado é o custo da operação, estimado em R\$100 milhões para o envio de 1.200 homens, (R\$60 milhões reembolsados pela ONU). Em uma época em que há cortes orçamentários em todas as áreas sociais e o salário mínimo não consegue suprir as necessidades básicas do trabalhador, questionam-se a escala de prioridade do governo e a propriedade do uso dos recursos disponíveis.

Outro aspecto que gera polêmica concerne à função de mantenedores da ordem haitiana que será exercida pelos militares brasileiros, na medida em que isto não foi permitido no Brasil recentemente. Há poucos meses, o governo brasileiro não permitiu a intervenção das Forças Armadas brasileiras em uma guerra entre quadrilhas rivais no Rio de Janeiro, alegando que não é função precípua do exército agir como polícia. A ajuda seria dada em serviços de inteligência, mas o exército não atuaria como polícia, até porque os militares não têm treinamento

para tanto. A questão colocada por muitos, então, é: por que razão militares brasileiros vão atuar em outro país como mantenedores da ordem, se há, no Brasil, problemas sérios no que tange à segurança pública, e aqui esta ajuda não é permitida?

Por outro lado, há um sentimento de que o Brasil não pode perder a oportunidade que lhe é oferecida de mostrar sua capacidade de liderar processos no âmbito internacional, especialmente se se tem em vista suas aspirações a ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Como afirma o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, “Nossa idéia em participar sempre foi condicionada, do ponto de vista da política externa, pela convicção de que uma participação ativa do Brasil nos daria maior autoridade moral para influir nas resoluções da ONU”. Neste sentido, uma participação ativa e bem sucedida no Haiti pode significar a ampliação do espaço do país no âmbito internacional e o fortalecimento da candidatura a membro permanente do Conselho de Segurança.

Atualmente, 15 países constituem o Conselho de Segurança, dos quais dez são eleitos por um sistema rotativo, com mandatos de dois anos, e cinco - Reino Unido, Estados Unidos, Rússia, França e China - são membros permanentes. O Governo brasileiro defende a idéia de que o número e a composição dos membros do Conselho devem ser revistos num contexto mais abrangente. De acordo com o Governo brasileiro, a alteração no número e composição dos membros do Conselho de Segurança é crucial e deve satisfazer à necessidade de ampliar a legitimidade e o caráter representativo do órgão, preservando, de forma simultânea, sua viabilidade operacional. O Brasil adere ao consenso a respeito da necessidade de diminuir o atual desequilíbrio na composição do Conselho, perceptível tanto na proporção entre países desenvolvidos e em desenvolvimento que são membros permanentes, como de membros permanentes em relação ao número total de integrantes. Um assento permanente impõe

responsabilidades e custos adicionais. O Brasil encontra-se preparado para assumir essas responsabilidades e custos, se eventualmente convocado pela comunidade internacional a fazê-lo. (disponível em www.mre.gov.br)

Ademais, contam a favor do Brasil as diversas atuações em missões de paz, especialmente seu trabalho em Angola, Moçambique e Timor Leste, onde mantém 75 militares na Administração Transitória das Nações Unidas - e deve aumentar este número para 125 nos próximos meses - , e onde foi destacado como referência no trabalho de pacificação e restauração da ordem.

Referência

[Câmara dos Deputados](#)

[Defesanet](#)

[Inter Press Service News Agency](#)

[Ministério das Relações Exteriores](#)

[OEA](#)

[ONU](#)

[Senado](#)

A expansão das fronteiras e das preocupações da União Européia

Análise
Segurança / Integração Regional / Desenvolvimento

Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira
28 de maio de 2004

A União Européia passou a ser composta por 25 estados membros, no dia 1o deste mês de maio. A presente análise apresenta algumas questões envolvidas nessa mudança e suas possíveis implicações para o bloco.

A União Européia está passando por sua maior expansão desde suas origens, em 1951, quando era composta por apenas seis estados-membros e a união monetária não constituía sequer um plano remoto. No dia 1o deste mês de maio, dez países passaram a integrar o bloco que, desde a adesão de Suécia, Finlândia e Áustria, em 1995, era composto por 15 estados membros. Os novos países que passaram a integrar a união foram: República Tcheca, Eslováquia, Hungria, Eslovênia, Polônia, Chipre, Malta, Estônia, Letônia e Lituânia.

Em termos geográficos, esta expansão implica aumento de 25% da área do bloco, estabelecimento de novas fronteiras e, portanto, de novos vizinhos - sendo necessário notar que com ela o bloco aproximou-se consideravelmente de zonas de instabilidade política como o Cáucaso, a Ásia Central e Oriente Médio. Em termos demográficos, por sua vez, a expansão traz aumento de 20 % da população do bloco, passando a constituir-se de cerca de 450 milhões de habitantes dos quais estima-se que grande parte poderá integrar fluxos migratórios em direção a países mais ricos, dada a facilitação de sua mobilidade no bloco. Em termos econômicos, entretanto, a

expansão traz novos números para o bloco que devem ser analisados com mais cautela, não podendo ser vistos como potenciais causadores de vantagens e desvantagens simples de se prever.

A média do PIB per capita dos novos dez membros do bloco representa apenas 46% da média do PIB per capita da União Européia existente antes de 1o de maio. Para efeitos de comparação, vale lembrar que Grécia e Portugal, ao integrarem o bloco, respectivamente em 1981 e 1986, situavam-se 58% e 53% abaixo da média européia, também respectivamente. Ocorre que, para além da disparidade que expressam, uma análise destes dados deve considerar também os fatos de que a maior parte destes novos países passou, em pouco mais de uma década, de uma condição de economias planificadas a um sistema de mercado que ainda encontra-se em estágio de consolidação e que isto tem gerado, já há algum tempo, dúvidas e indagações acerca da possibilidade e capacidade destes países em acompanhar o ritmo de crescimento até agora vigente no bloco de forma a reduzir diferenças internas.

Em termos orçamentários, a União Européia reservou 42 bilhões de euros para gastos de infra-estrutura nos novos

estados membros entre 2004 e 2006, e em contrapartida receberá deles 15 bilhões de euros. O saldo final desta conta significa que se prevê que a expansão terá um custo de 27 bilhões de euros para o bloco em seus primeiros dois anos, o que representa apenas 0,08% de seu PIB total. Embora este custo seja inegavelmente baixo, fica claro nas palavras de analistas que têm se dedicado ao tema da expansão da União Européia que outras variáveis muito mais custosas do que suas cifras estão envolvidas no acontecimento de 1o de maio e em suas possíveis implicações.

Para além das questões geopolíticas, demográficas e econômicas acima referidas, há alguns pontos envolvidos na expansão que, ao contrário das celebrações assistidas em 1o de maio nos dez novos estados membros, têm provocado dúvidas e preocupações em todos os países do bloco. Um dos temores que tem rondado as reuniões do Conselho Europeu, principal órgão de decisão do bloco, de que trataremos aqui, é que com 25 países representados nas mesas de negociação as reuniões fiquem mais demoradas e o processo de tomada de decisão menos eficaz. Ademais, teme-se ainda que os novos estados membros resistam e se oponham a novas iniciativas que venham a implicar custos maiores do que aqueles com os quais eles têm possibilidades de arcar.

Com o resultado da ampliação, a Comissão Européia, órgão executivo do bloco, a partir de novembro terá 25 membros, ao invés dos atuais 20. O Parlamento Europeu, por sua vez, terá 632 cadeiras ao invés de 626, depois das eleições de junho na Europa. O significado de todos esses dados, mais detalhadamente, é que a maioria dos antigos membros da União Européia vão ter menos parlamentares lhes representando, e que os cinco maiores países perderão o segundo representante que têm hoje na Comissão Européia.

Neste sentido, fica claro que o temor que ronda Bruxelas atualmente, quanto à expansão, não diz respeito exatamente a uma possível lentidão e menor eficácia dos processos decisórios, e sim a uma potencial modificação em sua dinâmica padrão e nos termos da formulação do consenso que vêm acontecendo até os dias de hoje.

Vale lembrar, por fim, que certamente este temor e a confirmação ou não de sua pertinência influenciarão consideravelmente na continuação do processo de expansão, que prevê para 2007 a entrada de Romênia e Bulgária na União, além do exame do caso da Turquia, da Croácia e das outras repúblicas da antiga Iugoslávia no final deste ano de 2004.

Atentado mata presidente na Tchetchênia

Resenha
Segurança / Integração Regional

Layla Dawood
20 de maio de 2004

A morte do presidente da Tchetchênia, Akhmad Kadyrov, em explosão que atingiu a tribuna de honra de um estádio em Grozny, traz à tona pendências existentes no processo de resolução dos conflitos na região.

No dia 9 de maio de 2004, o presidente tchetcheno Akmad Kadyrov foi morto por uma explosão ocorrida em um estádio de Grozny, capital da Tchetchênia, quando participava de um evento comemorativo da vitória soviética sobre as tropas alemãs na Segunda Guerra Mundial. A explosão atingiu apenas a tribuna de honra do estádio, na qual se encontravam as principais autoridades tchetchenas. Além do presidente, morreram também o ministro da fazenda - Eli Isayev - e o chefe do Conselho de Estado - Khusein Isayev. Foram divulgados dados contraditórios acerca do exato número de vítimas, sendo que as estimativas variaram entre 6 e 32 mortos.

Uma rede de televisão russa que cobria o referido evento registrou o momento da explosão, o que possibilitou a ampla veiculação, pela mídia internacional, dos momentos de pânico vivenciados pelos presentes e da reação dos oficiais de segurança que, ao empreenderem uma série de tiros para o alto, contribuíram para o agravamento do nervosismo já instaurado.

Analistas internacionais avaliam que o episódio em questão colocaria em evidência as pendências relativas ao

processo de resolução do conflito da Tchetchênia. Os conflitos na região remontam a 1944, ano em que a população tchetchena integrava o território da então URSS, sendo enviada, em sua totalidade, pelo líder soviético Joseph Stalin para a Ásia Central. O retorno dessas pessoas deu-se no ano de 1957, sendo que a região somente veio a declarar sua independência em 1991. Tal declaração resultou no envio de tropas à Tchetchênia por parte do presidente russo então em exercício, Boris Yeltsin; insuflando um conflito que perdurou até 1996. O acordo de paz que pôs fim ao conflito resultou na retirada das tropas russas da região. No entanto, deixou em aberto o status oficial do território tchetcheno. Em 1999, a invasão de regiões vizinhas àquele território, por parte de radicais separatistas tchetchenos, resultou no retorno das tropas russas à região.

Embora a autoria do atentado que matou o presidente tchetcheno não tenha sido assumida por nenhum grupo imediatamente após o ocorrido, autoridades russas afirmaram que radicais separatistas seriam responsáveis pela explosão em função da recorrência dos ataques empreendidos pelos mesmos às tropas russas localizadas na região desde 1999. Aslan Maskhadov, um dos

principais líderes dos movimentos separatistas, teria negado qualquer envolvimento com o atentado. No entanto, Shamil Basayev, líder da ala mais radical, teria reivindicado recentemente a autoria do ataque e ameaçado repetir a ação contra demais autoridades.

Ao assumir a presidência da Federação Russa, Vladimir Putin comprometeu-se a promover a pacificação da região. Para tanto, submeteu à votação da população tchetchena uma constituição que visaria a fornecer uma base jurídica estável para a região, bem como a conceder o que chamou de uma autonomia abrangente e flexível à Tchetchênia. Entretanto, a idoneidade da votação foi questionada por muitos, uma vez que a referida constituição foi aprovada a despeito de cláusulas como as que estabeleciam que o presidente tchetcheno poderia ser deposto pelo presidente russo.

Akmad Kadyrov, líder que, mesmo tendo lutado ao lado dos separatistas no conflito de 1994 a 1996, aproximou-se, posteriormente, do governo russo, sendo indicado ao cargo de chefe do governo local em 2000. Após a adoção da constituição tchetchena em 2003, foi eleito presidente, o que levantou especulações acerca de uma possível manipulação eleitoral por parte do governo russo. Analistas afirmam que a ascensão ao poder de Akmad Kadyrov faria parte de uma política de contenção das tensões na região por meio do uso de tchetchenos, leais ao governo russo, na repressão dos movimentos separatistas. Tal política visaria a promover a imagem de que o conflito teria se tornado administrável e localizado. Houve quem especulasse que, após o atentado de 9 de maio, uma política mais assertiva em termos militares poderia ser empreendida na Tchetchênia pelo governo russo. No entanto, em visita à região, o presidente russo Vladimir Putin negou que enviaria mais tropas à Tchetchênia, mas anunciou o aumento das forças de segurança locais.

Ramzam Kadyrov, filho do presidente morto, foi indicado ao cargo de primeiro ministro, estando subordinado, entretanto, ao representante russo na Tchetchênia. Ramzam Kadyrov chefiava os serviços de segurança e a milícia de seu pai, sendo conhecido por perpetrar uma política de repressão brutal contra os separatistas. Nesse sentido, grupos de defesa aos direitos humanos manifestaram suas preocupações.

Novas eleições na Tchetchênia estão previstas para o dia 9 de setembro de 2004. Permanecem pendentes, entretanto, questões relativas à idoneidade das mesmas, bem como à sua capacidade de contenção da atuação dos movimentos separatistas. Além disso, não se sabe em que medida a morte do presidente tchetcheno afetará o processo de reconstrução de Grozny, cidade que se encontra devastada pelos vários anos de conflito. Finalmente, cogita-se que uma escalada de violência poderia se seguir à morte de Akmad Kadyrov, sendo que Putin declarou que não ficariam impunes os atos por parte dos radicais separatistas, qualificados como terroristas pelo presidente russo.

Referência

www.russiajournal.com

www.theguardian.co.uk

www.nytimes.com

www.cnn.com

www.bbc.co.uk

www.washingtonpost.com

<http://www.rferl.org/specials/chechnya>

Torturas no Iraque: Repercussões nos EUA e no mundo

Resenha
Segurança

Vinicius Alvarenga
20 de maio de 2004

Imagens de presos iraquianos vítimas de maus tratos por parte de estadunidenses, divulgadas pela mídia do mundo inteiro, geram críticas dentro e fora dos EUA e colocam mais um problema para a administração Bush e para a política de ocupação no Iraque.

A presença militar dos Estados Unidos (EUA) no Iraque já era bastante contestada pela sociedade civil no mundo inteiro e por uma parte da própria população estadunidense. Quando começaram a ser vinculadas notícias na mídia a respeito de torturas de soldados iraquianos, prisioneiros das tropas dos Estados Unidos, na prisão de Abu Ghraib, em Bagdá, a situação se tornou mais problemática. O governo dos EUA foi acusado de atentado aos direitos humanos e a repercussão da exposição midiática das imagens dos prisioneiros torturados contribuiu para desgastar o governo Bush e sua política externa, pois acusações vieram de dentro e de fora do país.

Várias fotos de prisioneiros sendo humilhados sexualmente e fisicamente foram divulgadas no mundo inteiro, ocupando primeiras páginas dos mais importantes jornais e tendo grande exposição nas mídias televisivas. Nas fotos, alguns estadunidenses contratados pelo exército, mas não militares, são mostrados debochando dos prisioneiros enquanto os mesmos sofrem as mais diversas formas de torturas.

O maior alvo das acusações, no entanto, foi o secretário de Defesa Donald

Rumsfeld. Ele foi criticado por ser o responsável pela política de ocupação do território iraquiano. Tanto o partido Democrata, como alguns jornais estadunidenses, pediram a renúncia do secretário, que teria responsabilidade pelos erros cometidos no Iraque e pelas graves denúncias de torturas e assassinatos, que os críticos julgam ocorrer frequentemente em solos iraquianos. Apesar das acusações, a maioria dos americanos não concorda com a renúncia do secretário, conforme pesquisas.

Rumsfeld já teve que se defender perante o congresso dos EUA. Ele conta, entretanto, com o apoio do presidente Bush, que o incentiva a permanecer no cargo. Bush reitera que o trabalho de Rumsfeld vem sendo bem executado. Para a estabilidade do governo Bush é necessário demonstrar o quanto as medidas no Iraque estão sendo satisfatórias e como estão sendo corretamente tratados os problemas como o das torturas. Isso é importante para não enfraquecer o partido Republicano em uma época eleitoral. Destarte, tanto Bush como Rumsfeld já pediram desculpas publicamente e assumiram o erro quanto às torturas, pela primeira vez admitindo que existem problemas e são necessárias

soluções quanto à presença do país no Iraque.

Rumsfeld, porém, já iniciou uma tentativa de recuperar sua credibilidade e de toda a política estadunidense para o Iraque. Neste dia 13 o secretário de defesa foi para Bagdá para encontrar com comandantes do exército estadunidense e discutir o tratamento de prisioneiros iraquianos. Porém ele afirmou que está lá para parabenizar as tropas pelo serviço bem feito e não para amenizar a questão dos abusos. Para ele foram casos excepcionais e não constituíram a regra no tratamento dado aos prisioneiros iraquianos. O secretário vem dizendo publicamente que os responsáveis serão punidos e que essas práticas serão abolidas, negando ainda que dados sobre prisioneiros estivessem sendo ocultados pelo governo.

Outrossim, a repercussão já foi enorme. Internamente pode ter resultados na disputa presidencial no final do ano. O partido Democrata, e seu virtual candidato Kerry, já denunciam as irregularidades e as supostas incompetências da ocupação do governo Bush no Iraque. Fora dos EUA as imagens também tiveram grande repercussão. Se dentro, onde a maioria da população apoiava a política intervencionista no Iraque, em outros países, onde a maioria da opinião pública era contra a intervenção, a oposição à política estadunidense aumenta muito mais. Nos países árabes, com população de maioria muçulmana, as imagens podem incentivar revoltas e contribuir para inflar ainda mais o anti-americanismo já existente.

A captura do estadunidense Nicholas Berg, um civil contratado pelos EUA no Iraque, por Abu Al Zarqawi, líder de um grupo terrorista, e sua execução, foram relacionados a uma vingança pelos abusos cometidos contra prisioneiros iraquianos na prisão de Abuh Ghraib em Bagdá, o que demonstra o quanto às imagens podem ser negativas para a ocupação estadunidense.

As imagens divulgadas podem influir tanto no processo eleitoral quanto na política de estabilização do Iraque. A questão crucial é a de como o governo Bush e o secretário Rumsfeld vão continuar tratando o assunto e quais as medidas serão adotadas para evitar novas situações que desestabilizem as políticas dos Estados Unidos para o Iraque.

Referência

[CNN](#)

[Reuters](#)

[The Guardian](#)

[The New York Times](#)

[The Times](#)

[The Washington Post](#)

Programa “Oil For Food”: Acusações de Irregularidades

Resenha
Segurança / Economia e Comércio / Desenvolvimento

Vinicius Alvarenga
28 de maio de 2004

O programa de ajuda humanitária para o Iraque, chamado “oil for food”, previa a troca de petróleo por alimentos e suprimentos necessários para o povo iraquiano. No início deste ano vieram à tona acusações de irregularidades na administração do programa.

O programa “Oil For Food”, estabelecido durante o governo de Saddam Hussein no Iraque, no ano de 1996, visava permitir a troca do petróleo iraquiano por alimentos e suprimentos para a população do país, após o isolamento e as sanções econômicas impostas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e decretados devido à invasão e ocupação do Kuwait por parte dos iraquianos. Sob coordenação da ONU, o programa pretendia levar ajuda humanitária para o povo iraquiano para amenizar as consequências do embargo sofrido. O Comitê 661, formado por um painel do Conselho de segurança, aprovava a venda do petróleo para tal fim. Este foi o projeto com maiores gastos levado a cabo pela ONU, calculado em cerca de US\$46 bilhões.

Após a chamada Segunda Guerra do Golfo e a queda do regime de Saddam, o programa passou a ser controlado pelas forças dos EUA e do Reino Unido. Em novembro de 2003 foi transferida sua responsabilidade para a Autoridade Provisória da Coalizão, e por meio dela, para autoridades nacionais e locais que continuaram com a distribuição pelo país.

Atualmente o programa não funciona

mais (encerrou-se em Novembro de 2003), sendo que a administração da coalizão entre EUA e Reino Unido é a atual responsável pela administração do país, inclusive pelo controle do petróleo. O país ficou livre do embargo e pôde comercializar com outros países após a adoção da resolução 1483 da ONU. Criou-se, ainda, o Fundo de Desenvolvimento para o Iraque, que já arrecadou US\$7,6 bilhões.

No início deste ano vieram à tona acusações de que havia irregularidades na gestão do programa. O tesouro estadunidense estimava em cerca de US\$10 bilhões de ganhos ilícitos com o programa, entre os anos de 1997 e 2002, que teriam favorecido o governo de Saddam Hussein. Foram várias acusações de abusos relacionados ao programa. Um comitê financeiro do Conselho Governante iraquiano afirmava ter documentos que comprovavam envolvimento ilegal de funcionários da ONU. As acusações eram: contrabando de petróleo, manipulação do preço em exportações aprovadas de petróleo, corrupções nos contratos humanitários e possíveis abusos por parte de agentes da ONU. O próprio Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan pediu maiores investigações sobre o assunto.



Indivíduos e companhias de mais de 40 países, e vários funcionários da ONU, estariam envolvidos com corrupções e subornos ligados à venda do petróleo.

Uma das constatações foi a supervalorização do petróleo. De cerca de 759 contratos analisados por uma agência de auditoria, 48% eram sobrevalorizados. De cerca de US\$3,1 bilhões, US\$651 milhões eram acima do preço. Cobranças ilícitas, irregularidades no transporte e nos serviços pós-venda seriam outras acusações.

As suspeitas recaíram inclusive sobre o próprio filho de Kofi Annan, Kojo Annan, com relação ao seu papel na companhia suíça Cotecna, uma das que teria maior envolvimento com as irregularidades, contratada para inspecionar suprimentos e comidas que entravam no Iraque por meio do programa. Porém, alega-se que Kojo havia abandonado a firma antes do contrato para operar no Iraque. O diretor executivo do programa, Benan Sevan, era outro cujo nome aparecia em listas iraquianas sobre possíveis benefícios com as irregularidades.

Uma comissão para investigar as acusações foi aprovada por meio da resolução 1538 da ONU para investigar as acusações em Abril deste ano. Os fatos também estão sendo investigados pelo "General Accounting Office" (GAO)¹, que faz parte do Congresso estadunidense. Alguns analistas acreditam que é necessário contornar o problema de forma eficaz, principalmente tendo em vista a participação da ONU no planejamento do futuro político do Iraque.

Espera-se que as investigações terminem em cerca de um ano, segundo Paul Volcker, responsável por uma investigação do Comitê de Inquérito Independente, sobre as irregularidades do programa. Primeiro serão investigadas as

alegações de corrupções e má condução dentro da própria ONU. Só depois será analisada a administração geral

Referência

[UN News Centre](#)

[BBC News](#)

[CNN](#)

[UN Wire](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Bárbara Gomes Lamas; Layla Dawood; Leticia Carvalho; Vinicius Betsur Alvarenga; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

¹ Ver relatório do GAO, do dia 7 de Abril de 2004, sobre as irregularidades do programa: [Observations on the Oil For Food Program](#)